

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RESULTADOS

Ref.: julho/2026

1. PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CENÁRIO DE AMEAÇAS – A Comissão solicitou à SETIM planejamento de segurança da informação para o exercício de 2026. Na reunião ordinária do mês de julho, o assessor de Segurança da SETIM realizou apresentação, explicando que o aludido planejamento estava estruturado em cinco pilares: (i) Governança e Fundamentos; (ii) Identidade e Controle de Acesso (com previsão de auditoria de identidades, via batimento com a base de dados do RH, até novembro de 2026); (iii) Cultura e Conscientização; (iv) Monitoramento e Detecção (SOC 24x7); e (v) Resposta a Crises e Resiliência. Informou, ainda, que o volume de tentativas de ataque atinge cerca de um bilhão de ocorrências por mês, mantendo o índice de risco do Tribunal em 26,8 pontos, patamar superior à média do setor governamental. No primeiro semestre de 2026, registraram-se apenas dois incidentes de ataque bem sucedidos (sistemas SIGA e SRH), ambos contidos, sem ocorrência de vazamento de dados. Diante dos resultados da plataforma de simulação de *phishing*, que identificou 524 usuários vulneráveis, o Colegiado deliberou que a capacitação em segurança terá caráter obrigatório para todos os servidores e magistrados, sem estigmatização, utilizando trilha de aprendizagem com avaliações integradas e bloqueio de avanço.

2. PROMPT INJECTION E CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – A CEIN pediu à SETIM que informasse quais medidas vem adotando para prevenir e combater a problemática denominada “injeção de prompts (*Prompt Injection*)”, utilizada para direcionamento de decisões judiciais desenvolvidas com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial. Foi explicado pela SETIM, que, para mitigar tal risco, uma das estratégias mais eficientes é a capacitação dos usuários para detecção das tentativas, tendo, para tanto, demandado à ASCOM a produção de cards informativos para uma campanha, a ser realizada em agosto próximo, além de agendar palestra institucional aberta ao Tribunal, para o dia 20/08/2026. Deliberou-se também pela articulação de um workshop executivo sobre segurança e governança em IA, voltado aos membros da CEIN e do Comitê de IA, em parceria com a empresa Triad.

3. REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DE TI – Abordando a questão do déficit de pessoal do quadro permanente de TI do Tribunal, fato que vem ocasionando perda de pontuação do TJBA no iGovTIC, a SETIM informou que foi constatado um déficit crítico de servidores especializados em segurança da informação e em outras novas competências tecnológicas, tais como, nuvem, IA, DevOps e engenharia de IA. A SETIM informou, que, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, iniciou estudos de quantitativo de pessoal para propor uma reestruturação de cargos e a realização de concurso público específico. A proposta será fundamentada em portaria recente do Ministério da Gestão e Inovação que criou novos perfis profissionais para o serviço público. A previsão é concluir os estudos até outubro de 2026 para encaminhamento legislativo no primeiro semestre de 2027. O Presidente da Comissão Especial de Informática enfatizou a importância de manter um corpo funcional próprio em Segurança da



Informação, para garantia da sustentabilidade operacional e evitar-se dependência exclusiva de empresas terceirizadas.

4. MINUTA DA POLÍTICA DE E-MAIL INSTITUCIONAL – Durante a reunião ordinária do mês de julho de 2026, foi pautada solicitação de posicionamento da SETIM sobre a questão da “Política de E-mail”, tendo a Diretoria de Governança de TIC (DGT) e a Diretoria de Infraestrutura (DIN) informado que fora finalizada a minuta do Ato Normativo Conjunto que instituirá a Política de Gerenciamento de e-mail no âmbito do PJBA. O Presidente da CEIN determinou o envio do texto, via sistema SEI, às 1ª e 2ª Vice-Presidências, Corregedoria Geral da Justiça, Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial e Coordenação dos Juizados Especiais, fixando o prazo de 15 dias para manifestação. Decorrido o prazo assinado, foi deliberado que os autos deverão retornar à SETIM para redação da versão final pela DGT e posterior envio à Presidência do Tribunal.

5. ÍNDICE iGovTIC E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – A CEIN, ao realizar o acompanhamento da pontuação do TJBA no índice iGovTIC (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, foi informada pela SETIM que o Tribunal de Justiça da Bahia atingiu a marca de 92,41 pontos no referido índice, alcançando, assim, nível de “excelência”. O Diretor de Governança de TIC informou que foram interpostos recursos contra três itens avaliados negativamente, tendo a expectativa de elevação da nota final para 95,40 pontos. O Presidente do Colegiado (CEIN) recomendou o desenvolvimento de um plano de comunicação multicanal (envolvendo portal, mídias sociais e e-mail institucional) para dar ampla publicidade institucional aos resultados alcançados.

6. EVOLUÇÃO DA FERRAMENTA DikaIA (antiga Oxóssi) E PROJETOS DE IA – Também no bojo do acompanhamento mensal das frentes principais de atuação da Secretaria de TI e Modernização, os seus Diretores consignaram a integração do sistema ProjudilA ao Oxóssi (agora denominado DikaIA), permitindo que a “OCeRização” de documentos em PDF ocorra diretamente na base desse sistema (Oxóssi), reduzindo custos com consumo de tokens de IA. Foi informado, ainda, que se encontram em implementação três ajustes operacionais: integração técnica, contador de consumo e limitador diário de tokens. Segundo foi registrado, a ferramenta que implementará tal controle foi nacionalizada e adotada pelo TRF da 1ª Região. O Presidente da Comissão solicitou a abertura de um projeto-piloto de “busca temática” em uma vara de Fazenda Pública dos Juizados Especiais, para permitir pesquisas diretamente na base do Oxóssi a partir dos sistemas judiciais. Adicionalmente, identificou-se que o Núcleo de IA possui 11 demandas em andamento, com apenas 3 profissionais alocados, tornando necessária a categorização e a priorização dos projetos.

7. GESTÃO DE GRANDES MÍDIAS E DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE TIC – Acompanhando outras matérias de relevância na área de TIC, foi informado à Comissão Especial de Informática, pela Secretaria de TI, que o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Tribunal de Justiça de Rondônia, voltado à cessão do sistema de gestão de grandes mídias, encontra-se na AEPTIC para assinatura. A CEIN determinou o envio, à SETIM, de cópia de resolução do TJ/MA sobre o tema, para subsidiar o “Grupo de Trabalho de Grandes Mídias”. Sob o aspecto orçamentário, a SETIM informou que o orçamento vigente (2026) de TIC é de R\$ 206 milhões, com solicitação de R\$ 370 milhões para o próximo exercício e teto estimado de aprovação em R\$ 285 milhões (2027). Informou, ainda, que os custos com serviços em nuvem subiram para, aproximadamente, R\$ 1,5 milhão por mês, após a subida do PJE2G para a nuvem. O Presidente da CEIN destacou que o modelo de expansão contínua do quadro de pessoal do Poder Judiciário Estadual é financeiramente insustentável, posicionando a automação e a inteligência artificial como alternativas estratégicas indispensáveis a longo prazo.

Salvador, 31 de julho de 2026.



AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Comissão Especial de Informática do TJBA